

O PAPEL DO ESTADO COMO INDUTOR DA PENETRAÇÃO DE CAPITAL ESTRANGEIRO NA CADEIA PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO EM GOIÁS

JUSTINO, Jorge Augusto Almada
Graduando em Geografia pela UEG/UnU Goiás
jorgecigo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo evidenciar parte do projeto de pesquisa intitulado “A penetração do Capital estrangeiro em Goiás: (Re)territorialização, Gestão Territorial e as estratégias do agronegócio”, coordenado pelo Prof. Ms. Robson de Sousa Moraes, expressando as intenções registradas no Plano de Trabalho de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC-UEG). O estudo busca evidenciar como a máquina estatal goiana vem desempenhando um importante papel no que tange a atração de investimentos estrangeiros para o agronegócio no Estado de Goiás.

O aparato estatal, desde a eclosão da mundialização do modo de produção capitalista, opta por subsidiar e investir na moderna cadeia produtiva da agricultura e da pecuária como estratégia de inserção na nova divisão internacional do trabalho. Por esta opção, o Estado acaba por forçar o êxodo para as grandes cidades de famílias antes voltadas para a produção de alimentos na agricultura familiar. A leitura que podemos fazer desse processo, é que com essa inserção de sujeitos, antes camponeses, hoje trabalhadores desempregados, a estrutura urbana é afetada em vários pontos. Há de se criar, via Estado, condições para que esses novos moradores da urbe, muitas vezes sem qualquer qualificação para os empregos da cidade, tenham qualidade e dignidade de vida.

Nos últimos anos, com a inclusão do cerrado como terras produtivas diante das novas tecnologias e ampliação da fronteira agrícola, o cultivo de commodities passa a ser o centro da ação econômica goiana. O acréscimo da demanda por produtos primários no mundo, propicia a formação de contexto de alto de preços e valorização das commodities. Neste período, verifica-se uma intensa alteração no padrão técnico–científico, com imediata e impactante elevação da produtividade, aliada à substituição dos cultivos tradicionais, tais como o arroz e o feijão. É de clara e fácil percepção que grande parte das áreas dedicadas à agricultura no estado de Goiás estão voltadas para a produção de insumos e matéria-prima de economias externas, ou seja, a grande maioria dos que se planta em território goiano, não é pra ser utilizada nem no Brasil, muito menos em Goiás. Como supracitado, as commodities (soja, cana-de-açúcar, café, entre outros) geram mais riquezas para o latifundiário do que a produção de alimentos propriamente dita. Aliado a isso, podemos constatar que a tecnologia empregada na produção dessas (mono)culturas, dispensa, cada dia mais a figura do trabalhador braçal assalariado do campo, visto que semeadeira, revolvedoras, tratores e colheitadeiras executam os trabalho de centenas de homens apenas com um operador.

Não existem políticas eficientes em nível de estado para se incentivar a manutenção de pequenos agricultores familiares no campo. Esses agricultores, que chamamos de familiares, são os principais responsáveis pela produção de alimentos para a população. São eles que produzem nosso arroz e feijão de todo dia, mandioca, frutas e grande parte dos hortifrutigranjeiros consumidos no estado de Goiás e no Brasil são de origem da agricultura familiar. Mesmo com essa importância já reconhecida e explicitada, o Estado continua insistindo em facilitar e subsidiar as grandes produções de commodities, os grandes latifundiários, detentores de grandes propriedades de terras, quando deveria investir tempo e dinheiro procurando soluções para manter o pequeno agricultor no campo,



facilitando sua permanência na terra, produzindo alimentos que servirão de comida pra população em geral, não só para rações animais e combustíveis.

Quando não se propicia oportunidades para o pequeno agricultor se manter no campo, como já mencionamos, esse acaba por optar pela migração para a cidade. O Estado por sua vez, deixa de contar com aquela produção de alimento e passa a ter que oferecer outras oportunidades para esse ex-agricultor e toda sua família, como emprego, moradia, saúde, educação. Todo esse movimento gera o inchaço das cidades, cada vez mais, o Estado gere com mais dificuldades as zonas urbanas. É preciso pensar se há um limite de pessoas para residirem nas cidades, numero esse que o Estado seria capaz de anteder suas necessidades fundamentais, enquanto moradores e contribuintes da urbe. Não considero que limitar o tamanho das cidades seja solução, nem que o Estado tenha somente um caráter assistencialista, apenas quero enfatizar que privilegiar somente os empreendimentos do agronegócio, com financiamentos, infraestruturas e facilidades chega a ser ultrajante. É preciso que acordemos para esse problema, parar de incutir e reproduzir o discurso de séculos atrás de que a vida na cidade é melhor, a cada dia mais vamos percebendo que essa não é uma verdade, pode-se na cidade ter mais oportunidades do que no campo, mas qualidade de vida, é produto escasso no meio urbano.

No que corresponde ao comportamento do Estado, desde a década de 1990, há uma agressiva ação visando a atração de empreendimentos agropecuários para Goiás. O governo goiano participou ativamente da “guerra fiscal”, conseguindo a instalação de inúmeros projetos empresariais que contribuíram para a consolidação do agronegócio no estado. Se instalaram em nosso estado várias empresas que vivem dessa cadeia produtiva, não somente aquelas ligadas diretamente a terra e a produção, se instalaram por aqui também empresas que oferecem subsídios para uma produção em grande escala. Empresas produtoras de



sementes, de máquinas e equipamentos agrícolas, transportadoras, produtores de agrotóxicos e de adubos químicos, entre outros.

Diante das vantagens comparativas existentes, como a topografia que favorece a mecanização, a grande oferta de água e energia e disposição governamental de oferecer incentivos diretos e indiretos, diferentes grupos econômicos vão se interessar em se instalar em Goiás. Grupos esses, muitas vezes ligados a capitais estrangeiros e empresas multi e transnacionais, que remetem grande parte de seu lucro para suas sedes (fora do país) e não se instalam aqui com interesses de fomentar a economia local, estão em busca de incentivos fiscais, como já mencionado, e outras vantagens como trabalhadores menos organizados e/ou com menos cultura em organizações sociais (sindicatos por exemplo) e possibilidade de pagar um soldo menor para esses trabalhadores, que enxergam esses empregos como a grande salvação de suas vidas, já que muitas vezes se encontram sem qualquer perspectiva de melhora na sua condição paupérrima.

Apesar do inquestionável aumento do Produto Interno Bruto e da capacidade de arrecadação, há simultaneamente uma brutal concentração de renda que nos permite questionar a capacidade do agronegócio como indutor do desenvolvimento goiano. Isso nos mostra que essa fórmula para acelerar o crescimento da economia do estado de Goiás, não funcionou e nem funciona muito bem, pois mesmo com o PIB mais elevado (o maior do Centro-Oeste), ainda não conseguimos enxergar um estado que gere oportunidades iguais para todos os seus cidadãos. Será que sempre existirá essa divisão de receitas tão absurda? Algum dia o Estado proporcionará igualdade de direitos e de ações?

A pesquisa que agora se inicia, tem como intenção revelar a verdadeira dimensão, tamanho e influência deste capital, bem como apresentar suas origens e consequências econômicas e sociais para o povo goiano. A comparação entre o quantitativo de capital investido pelo estado, o número de postos de trabalho gerado,

Anais da Semana de Integração Acadêmica

02 a 06 de setembro de 2013



e montante da massa salarial paga, entre outros instrumentos, podem apontar caminhos investigativos que contribua para a formulação de uma interpretação desta realidade. É por esse caminho que seguimos.

REFERENCIAS

ARRAIS, T. P. A., **A produção do território goiano - economia, urbanização e metropolização**. 1. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

ESTEVAM, L. A., **O tempo da transformação : estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**, Campinas: Unicamp, 1997.